

Inclusão digital na Escola Pública: o Curso Aluno Integrado em Alagoas

Maceió, 05/2014

Carmen Lúcia de Araújo Paiva Oliveira – CIED/UFAL – carmemidias2@gmail.com

Leide Jane de Sá Araújo – IC/UFAL – leidejanesa@gmail.com

Investigação Científica
Educação Média e Tecnológica
Serviços de Apoio ao Estudante
Relatório de Estudo Concluído

RESUMO

A apropriação e uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) é atualmente condição essencial para a circulação do indivíduo em nossa sociedade, bem como para o exercício de sua cidadania. Nessa perspectiva, diversas políticas públicas vêm sendo implementadas no sentido de promover a inclusão digital de professores e alunos da escola pública, através de cursos de qualificação. Entre essas iniciativas destaca-se o Curso Aluno Integrado, destinado a alunos do Ensino Médio. Este estudo consiste numa pesquisa documental, tendo como objetivo analisar a oferta desse curso em Alagoas em 2013, apresentando o seu resultado e procurando identificar os elementos potencializadores da evasão. Observa-se que existe um distanciamento entre a proposta do governo federal e a implementação desta na realidade das escolas de Ensino Médio alagoanas, causando resultados pouco satisfatórios em relação ao número de alunos que se inscrevem no curso e os que chegam a efetivamente concluir o curso.

Palavras-Chave: políticas públicas; inclusão digital; aluno integrado.

1. Introdução

A inclusão digital no Brasil teve suas diretrizes traçadas no final do Século XX, quando o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) empreendeu um esforço de discussão sobre a temática, envolvendo os quatro setores da sociedade: governamental; privado; acadêmico e terceiro setor, além de pessoas de outros países e organizações internacionais. O esforço resultou na publicação do Livro Verde da Sociedade da Informação (BRASIL, 2000). O Livro Verde propõe a universalização de serviços, além da necessidade de conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso, até a formação do cidadão, que “informado e consciente, possa utilizar os serviços disponíveis na rede”.

A partir daí, diversas iniciativas foram tomadas, com vistas a esse propósito, incluindo uma ampliação da informatização de escolas, criação de telecentros, celebração de convênios com as operadoras de telefonia para viabilização da conexão à internet. Diversas políticas públicas vêm sendo implementadas no sentido da inclusão digital da população brasileira, algumas voltadas especificamente aos adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas. Pode-se considerar como marco dessas políticas, a criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), com o objetivo de contribuir para a inserção das TIC nas práticas pedagógicas. O ProInfo, além de enviar equipamentos para as escolas, tem entre suas diretrizes a capacitação de recursos humanos para uso dessas tecnologias, promovendo cursos de formação continuada (BRASIL, 2007).

Tentando alcançar diretamente o aluno do ensino médio, o ProInfo/MEC desenvolveu, através do LabTime da Universidade Federal de Goiás, o Curso Aluno Integrado, abordado neste estudo, que consiste numa pesquisa documental, descritiva, tomando como base os relatórios dos tutores, da coordenação do Curso (UFAL, 2013-2014) e da coordenação do Proinfo/AL (Alagoas, 2013), com o objetivo analisar a oferta desse curso nas escolas de Ensino Médio de Alagoas em 2013. Apresenta-se os resultados, considerados pouco satisfatórios, visto que nas duas ofertas realizadas em escolas da capital e do interior, menos de 5% dos alunos que iniciaram, chegaram a concluir o curso.

2. Políticas de Inclusão digital

Inicia-se a discussão sobre inclusão digital a partir da compreensão do significado dos termos, que por si só já determinam que existe uma parcela da população que está excluída digitalmente.

Para Buzato (2007, p. 74), inclusão digital é

Um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual as TIC penetram contextos socioculturais (sempre heterogêneos) transformando-os ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos.

O autor destaca os elementos conflituosos presentes em qualquer processo de inclusão digital, cujas características variam de acordo com o contexto sociocultural no qual se insere.

Para Cabral e Cabral (2013, p. 4) é possível atribuir pelo menos dois sentidos à inclusão digital no Brasil. O primeiro aponta a perspectiva de transferência de conhecimento a setores da população que necessitam do acesso para não serem excluídos. O segundo, numa perspectiva tecnológica,

envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.

Isso significa que para se tornar um incluído digital, o indivíduo deverá ter desenvolvida uma capacidade cognitiva que lhe permita não só acessar e consumir conteúdos disponibilizados na internet, mas também e principalmente ser capaz de filtrar esses conteúdos, para que atendam às suas necessidades. Pode-se afirmar que a qualidade da inclusão digital, dependerá da qualidade dos processos de educação formal disponibilizados à população. No caso da educação pública, sabe-se que tem produzido muitos analfabetos funcionais, que dificilmente passam do nível de consumo da informação.

Matos e Chagas (2008) sugerem que apesar de estudos, apontarem crescimento e ampliação das possibilidades de acesso a computador e internet, isso não significa que esse acesso seja “qualificado”. Os autores entendem “acesso qualificado” como

um acesso de boa qualidade técnica, baixo custo e fundamentalmente que o acesso à internet seja feito por um indivíduo que tenha capacidade cognitiva para compreender o conteúdo acessado e que sua interação com a internet possa lhe conferir melhoria em seu padrão de vida, o que inclui melhoria de sua inserção profissional no mercado de trabalho, maior acesso a cultura e à cidadania (MATOS e CHAGAS, 2008, p. 72)

Isso significa que não só as condições de acesso precisam ser melhoradas e colocadas ao alcance da população, como também os processos educativos que promovam a alfabetização e letramento qualificados. As políticas públicas são essenciais para inserção da população no mundo digital.

A formulação dessas políticas, além do investimento em bens materiais, deve promover a melhoria das condições da educação básica “para dotar a população em idade escolar da capacidade cognitiva para compreender e processar as informações ou símbolos disponibilizados pelo acesso dessas pessoas à internet” (MATOS e CHAGAS, 2008, p. 89).

Apesar de todos os investimentos na formação de professores e gestores, realizados Pelo Programa Nacional de tecnologia Educacional – Proinfo (BRASIL, 2007), através do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado), observa-se que os equipamentos que compõem o cenário tecnológico das escolas têm tido pouco uso, em muitos casos ficando obsoletos, sem que a comunidade escolar tenha acesso efetivo a eles. São diversas as causas que contribuem para isso, algumas das quais serão melhor detalhadas na análise do Curso Aluno Integrado, que será feita no próximo tópico.

O Mapa da Inclusão Digital (FGV, 2012), indica que houve um aumento do número de pessoas com acesso a computadores e internet em todo o Brasil, mas ainda existe um “apartheid digital”, que pode ser combatido a longo prazo, com investimento direto nos alunos, para que tenham acesso desde cedo às TIC. Indica também que existe um alto grau de desigualdade no aceso

domiciliar à internet, entre alunos das diferentes unidades da federação. Alagoas ocupa o 23º lugar (22,18%) no ranking dos Estados, na questão do acesso a computador e o 22º lugar (17,21%) no que diz respeito a acesso a computador com internet, constituindo-se um dos estados com maior índice de exclusão. Deriva daí a necessidade de intensificar as ações que elevem a qualificação dos alunos, principalmente do Ensino Médio.

3. O Curso Aluno Integrado em Alagoas

O Aluno Integrado é parte do Proinfo Integrado, implementado pelo Proinfo/MEC e representa uma tentativa de incluir digitalmente os alunos do Ensino Médio (1º e 2º anos), mas vai além disso, constituindo-se uma qualificação profissional, por se tratar de um curso técnico básico em informática. Esta é a segunda vez que o curso é ofertado em Alagoas, sendo que na primeira vez foi coordenado pela Universidade Federal de Goiás, de forma que a UFAL não dispõe de dados que permitam uma comparação com esta oferta de 2013, em análise.

O Curso propicia aos participantes, o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso qualitativo da internet, processadores de texto, planilha de cálculos, banco de dados, software de apresentação, sistemas operacionais e manutenção de hardware, promovendo uma formação técnica para o gerenciamento do laboratório de informática, além de contribuir para a qualificação dos alunos para o mundo do trabalho, visando a socialização e a inclusão digital (UFAL, 2013).

No contexto do Curso Aluno Integrado, coube a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) a gestão administrativa e pedagógica do curso, contando com coordenador técnico-pedagógico, coordenador de tutoria, pesquisador, tutores presenciais e tutores a distância, definidos de acordo com o número de matriculados, sendo um tutor a distância a cada 40 alunos e um tutor presencial a cada 5 escolas. O apoio da Secretaria de Estado da Educação, através da coordenação do Proinfo, deu-se na seleção das escolas a partir de um diagnóstico das condições dos laboratórios de informática das escolas pré-selecionadas pelo MEC, na divulgação do curso, matrícula de alunos e suporte logístico para deslocamento dos tutores presenciais. Para participação no

curso, além de cursarem o 1º e 2º anos do Ensino Médio, os alunos precisam ser usuários de internet e possuírem e-mail ativo.

O curso foi executado em duas ofertas, cujos resultados são apresentados no próximo item.

3.1. As Ofertas do Curso

Na primeira oferta do curso, ao realizar o levantamento da situação das escolas de Ensino Médio em Maceió, observou-se que a maioria não tinha condições para sua realização, por estarem com computadores sucateados e/ou sem acesso à internet, sendo selecionadas apenas doze escolas. Dessas doze escolas, que informaram terem as condições necessárias, constatou-se ao iniciar o curso, que apenas três poderiam proporcionar a seus alunos um acesso razoável. Na segunda oferta, ampliada para 16 municípios, apenas quatro escolas apresentavam condições um pouco melhores de acesso à internet, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Indicadores da 1ª e 2ª Ofertas do Curso Aluno Integrado (ALAGOAS, 2013)

Ofertas	1ª	2ª
Nº de Municípios atendidos	01	16
Nº total de Escolas	12	24
Nº de laboratórios desativados	01	04
Nº de Escolas sem conexão	04	01
Nº de Escolas com conexão lenta	02	14
Escolas com apenas 1 computador conectado	02	01
Escolas com boa conexão	03	04

Fonte: Relatório diagnóstico das escolas do Curso Aluno Integrado, Proinfo/AL, 2013.

Observou-se que dos alunos que se matricularam no curso, nas duas ofertas, alguns nem chegaram a fazer o primeiro acesso. Para 100% dos alunos foi a primeira experiência em educação a distância (EAD).

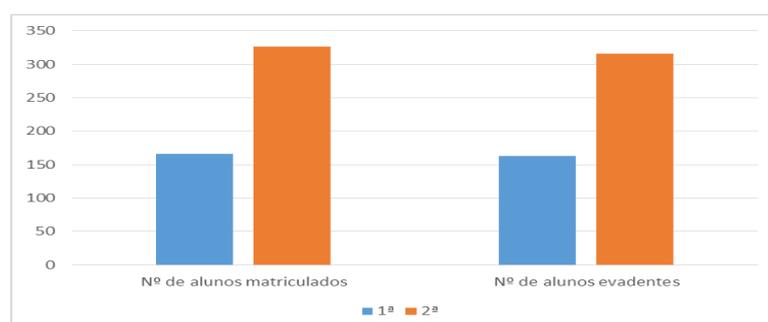
Apesar dos depoimentos e da frequência aos encontros presenciais, aos poucos esses alunos foram deixando de fazer as atividades do curso e apesar dos esforços dos tutores presenciais para dar suporte a eles, de forma que um percentual mínimo chegou a finalizar o curso, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 2. Dados Gerais do Curso Aluno Integrado – 1ª e 2ª Ofertas – 2013.

Oferta	Nº de alunos matriculados	Escolas atendidas	Tutores Presenciais	Tutores a Distância	Nº de alunos aprovados
1ª	166	12	3	4	1
2ª	327	24	5	7	11

Fonte: Relatórios da Coordenação do Curso Aluno Integrado – 2013-2014

Na 1ª oferta, chegou-se ao final do curso com apenas um aluno em atividade. Na 2ª oferta, dos trezentos e vinte e sete alunos matriculados, apenas onze conseguiram concluir o curso. Os fóruns propostos perderam o sentido, pois não havia com quem interagir. O curso que deveria durar quatro meses, durou seis meses, intensificando o trabalho dos tutores na tentativa de trazer os alunos de volta. A relação entre matrícula e evasão nas duas ofertas é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação entre matrícula e evasão no Curso Aluno Integrado em Alagoas

Fonte: Relatórios da Coordenação do Curso Aluno Integrado, 2013-2014

Tomando como base os relatórios dos tutores presenciais e a distância (UFAL, 2013-2014), elencou-se os principais problemas encontrados nas escolas, os quais contribuíram para a evasão dos alunos no curso.

- a) Falta de conexão à internet nas escolas ou conexão lenta – diversos encontros presenciais tiveram que ser adiados porque as escolas estavam sem internet no dia marcado ou porque a conexão lenta inviabilizava o acesso ao ambiente e-proinfo.

A baixa velocidade da internet impossibilitou o acesso à plataforma e até aos e-mails, prejudicando e frustrando os alunos (Tutor J).

Ao chegar a escola, não havia internet. Fui obrigada a entrar em contato com a coordenação para saber o que fazer. Com a ajuda do pessoal da Coordenadoria Regional, conseguimos outra escola para realizar o encontro com os alunos. Fomos a pé de uma escola para outra, a uma certa distância, o que diminuiu o tempo que teria para orientação dos alunos (Tutora M).

- b) Dificuldade de acesso dos alunos ao laboratório de informática – os tutores presenciais relataram que devido as escolas não terem um administrador do laboratório, alguns diretores não permitiam que os alunos utilizassem o laboratório, aguardando sempre a presença do tutor para permitir o acesso.

Na Escola OC, tinham perdido a chave do laboratório, por isso não foi possível rever as dificuldades de acesso de alguns alunos. (Tutora M).

Houve mudança de gestores da escola. Os novos gestores não quiseram apoiar o curso e não permitiram aos alunos o acesso o laboratório, nem com a minha presença. Com isso os alunos se desestimularam... (Tutor J).

- c) Gestão deficiente dos recursos tecnológicos – em todas as escolas foram encontrados computadores quebrados, sucateados, empilhados, aguardando manutenção, que é responsabilidade da Secretaria de Educação.

Constatamos pane constantes na rede e vários computadores inativos, fazendo com que a turma solicitasse um outro local, para os encontros presenciais. O diretor afirmou que já fez várias solicitações à Secretaria de Educação, sem obter o atendimento necessário (Tutor J).

- d) Dificuldade de comunicação dos tutores com os alunos – dadas as dificuldades de acesso ao ambiente do curso e aos e-mails, os tutores dependiam dos gestores para informar data e horário dos encontros presenciais e relataram a falta de interação dos alunos no curso e respondendo aos e-mails enviados. A comunicação direta com os alunos foi realizada em parte através de telefone celular.

As atividades presenciais na Escola JC não foram realizadas, por falhas na comunicação da escola com os alunos, levando ao não comparecimento destes. (Tutor V)

Nas três escolas que visitei o houve o mesmo problema: falta de comunicação entre diretores, coordenadores e alunos. [...] Cheguei no horário combinado com a direção, esperei meia

hora e quando me atendeu informou que não sabia do encontro, pois tinha sido marcado com a vice-diretora. A coordenação por sua vez informou que não sabia nem do curso, nem quem eram os alunos... (Tutora M)

Diante das dificuldades apresentadas, diversas iniciativas foram tomadas para tentar melhorar a participação dos alunos, tais como: visitas às escolas; encaminhamento dos alunos a espaços alternativos para acesso à internet; manutenção dos tutores presenciais, além do prazo estabelecido; ampliação do período do curso; criação de grupo no Facebook pelos tutores a distância. Essas iniciativas, entretanto, não conseguiram reverter a evasão.

A importância do curso para a qualificação dos alunos do Ensino Médio é inegável, mas, sabe-se que estudar a distância exige disciplina e compromisso do aluno, além de boas condições de acesso. Percebe-se que aos alunos alagoanos faltaram esses elementos, acrescentando mais uma perda no seu processo formativo.

5. Considerações Finais

Diversas dificuldades foram enfrentadas na implementação do Curso Aluno Integrado em Alagoas, desde o processo de seleção dos participantes, até a situação dos laboratórios das escolas incluindo-se hardware, software e Internet. O acesso aos laboratórios muitas vezes foi impossibilitado, por não ter conexão, por exemplo, dificultando o trabalho dos tutores presenciais e tornando impossível a comunicação dos tutores a distância com os alunos.

Apesar das pesquisas mostrarem o aumento do número de pessoas com acesso a computadores e internet em todo o Brasil, no caso do Aluno Integrado em Alagoas observou-se que a maioria absoluta dos alunos necessitava da escola para esse acesso e foi justamente a falta dele que contribuiu em grande parte para a evasão detectada.

Conclui-se que a próxima oferta deva ser realizada com critérios de seleção para os participantes do curso, buscando um nivelamento no conhecimento das TIC e principalmente cuidando para que as escolas tenham seus laboratórios a serviço da aprendizagem dos alunos e professores. Para isso uma gestão responsável, tanto na escola, quanto na Secretaria Estadual de Educação é fundamental, diminuindo o distanciamento entre a proposta do

governo federal e sua implementação nas escolas de Ensino Médio e tornando a inclusão digital uma realidade, pelo menos para os que tiverem acesso ao curso, cuja oferta em melhores condições contribuirá para a vivência de uma cultura digital na escola.

6. Referências

ALAGOAS. **Relatório diagnóstico das escolas do Aluno Integrado**. Proinfo/AL. 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.300, de 12 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Decreto on-line. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em: 10 mar 2014.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html> . Acesso em: 20 mar 2014.

BUZATO, Marcelo. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?Code=vtls000415042&fd=y>. Acesso em: 10 abr 2014.

CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula. Mapeamento da inclusão digital no Brasil. **Revista Eptic Online**. Vol.15 n.1 p.4-19 , 2013. Disponível em: <http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pesquisa-em-ciencia-da-informacao/projetos-de-pesquisa/o-papel-das-tics-nas-estrategias-dos-grupos-de-midia-no-seculo-xxi/Mapeamento%20da%20inclusao%20digital%20no%20Brasil%20%20Cabral%20-%20Brasil%20%20Revista%20Eptic%20Online.pdf>. Acesso em 2 abr 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf . Acesso em 10 abr 2014.

MATOS, Fernando A. M.; CHAGAS, Gleison J. N. Desafios para a Inclusão Digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Vol 13, nº 1, p.67-94, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a06.pdf>. Acesso em: 30 mar 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Relatórios do Curso Aluno Integrado**, 2013-2014.

_____ **Plano de Trabalho Pedagógico**, 2013.